



RESOLUÇÃO SOBRE CANDIDATURA LULA E ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO

Considerando que:

- O XI Encontro Nacional do PT definiu a estratégia política de construir a unidade das oposições, especialmente a aliança política entre PT, PDT, PSB, PC do B para derrotar FHC e seu projeto neoliberal nas eleições presidenciais de 1998.

- Nesse Encontro a militância aclamou Lula como a liderança política historicamente capaz de cumprir essa tarefa, porque é ele quem melhor representa a polarização com o Governo conservador de FHC e as aspirações populares por profundas mudanças na sociedade brasileira.

- A Direção Nacional do PT já reafirmou a disposição do partido de construir a candidatura Lula para presidente, conforme decisão do Diretório Nacional de 20 e 21 de setembro que definiu: "o PT dispõe de vários quadros capazes de encabeçar a chapa presidencial de oposição. Entretanto, sem prejuízo do debate de outras alternativas e considerando os desafios postos aos setores democráticos e populares, o candidato que o PT apresenta para o processo de construção de uma candidatura única das oposições é LULA, seu principal líder e dirigente histórico, capaz de forjar a unidade das oposições e a força social capaz de sustentar um programa que abra um futuro promissor para a nação brasileira".

O Diretório Nacional do PT, diante deste cenário decide:

1. Lançar Lula como candidato nas eleições presidenciais de 1998 em ato público no dia 11 de dezembro, em Brasília.
2. Realizar no dia 12 de dezembro reunião do Diretório Nacional com pauta exclusiva: Candidatura Lula. Nesta reunião indicaremos um Grupo de Trabalho Eleitoral para iniciar os debates e o anteprojeto de programa de governo em acordo com os demais partidos de oposição, construir uma agenda para Lula e para a mobilização partidária no próximo período e preparar a pré-campanha presidencial, tomando todas iniciativas que dizem respeito a campanha como nas áreas de pesquisa, comunicação e finanças.
3. Consolidar nossa aliança com o PDT, reconhecendo o papel e a liderança de Leonel Brizola, firmando as alianças estaduais que estão sendo encaminhadas e convidando o PDT a se incorporar a todo o processo de preparação da campanha eleitoral;
4. Promover reunião da direção nacional do PT com as direções do PSB e PCdoB, reafirmando nossa solicitação para que estes partidos oficializem ao PT suas propostas de candidatura presidencial, programa e caráter da Frente.
5. Adiar o Encontro Nacional do PT para 7 e 8 de março de 1998, demonstrando com esta atitude, todo empenho que temos em construir a política de alianças na certeza que é uma exigência histórica da oposição e o melhor caminho para a vitória do povo em 1998.

São Paulo, 30 de novembro de 1997

Diretório Nacional do PT

Resolução Política do Diretório Nacional do PT

O encanto desfez-se.

A crise das bolsas nas últimas semanas e as ameaças de ataque especulativo contra o Real acabaram com o clima de otimismo artificialmente criado pelo presidente da República e por sua equipe econômica. O governo tenta atribuir a “fatores internacionais” as graves dificuldades porque passa a economia brasileira e as sombrias perspectivas que se abrem para o próximo ano. Oculta, no entanto, o fato de que o programa de estabilidade esteve desde o início dependente desses “fatores internacionais” que hoje aparecem como se fossem um efeito “El Niño”, uma fatalidade contra a qual é impossível lutar e não uma escolha deliberada com sabor de aventura.

Sempre afirmamos que a estabilidade da moeda era um objetivo a ser conquistado.

Mas insistimos que o caminho escolhido - âncora cambial, abertura selvagem e taxa de juros elevada era uma aventura que nos levaria à desestruturação de nosso sistema produtivo, à desagregação social e à perda da soberania nacional.

Todos sabemos que quanto pior ficar a situação, mais degradada será a condição de vida dos trabalhadores e da maioria da sociedade brasileira. O PT e os partidos que integram o bloco de oposições tem respostas para crise. Não só apresentam alternativas para a enfrentar a situação atual, como propõe um novo modelo de desenvolvimento capaz de fundar uma estabilidade compatível com o crescimento e a distribuição de renda. Tal objetivo só poderá ser alcançado com um novo governo.

A oportunidade de constituir esse novo governo está dada em 1998, desde que o enfrentamento da política conservadora do governo seja comandado por um amplo e combativo movimento de massas.

A Crise Econômica

O Brasil foi o país mais atingido pela crise financeira internacional, exceção das economias asiáticas.

A crise internacional das Bolsas teve sérias repercussões na economia brasileira e o aumento brutal dos juros, associado ao pacote fiscal do governo FHC, lançam o país em uma trajetória recessiva, com agravamento dramático do desemprego.

A crise internacional está longe de seu final. Depois de atingir os pequenos tigres asiáticos como Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia a crise avança sobre as principais economias da região: Coreia do Sul e Japão. A crise bancária no Japão atinge grandes proporções, podendo promover novas turbulências no mercado de capitais e uma recessão na região com forte impacto na economia mundial. O Japão é o principal investidor externo na economia dos EUA e o maior detentor de títulos do Tesouro americano. Sua crise financeira poderá ter repercussões importantes nas economias centrais do capitalismo.

Tivemos uma queda brusca e profunda na bolsa de valores e uma fuga de capitais de aproximadamente US\$ 9 bilhões. Esse fato decorre da vulnerabilidade externa do Brasil, resultante da política econômica irresponsável do governo FHC.

Na sua concepção o Plano Real obedece o mesmo padrão das políticas de estabilização e reformas conservadoras aplicados na América Latina, inspiradas no ideário neoliberal. A estabilização dos preços se alicerça no aumento explosivo de importações e crescente absorção de recursos externos. A articulação entre âncora cambial e juros elevados se transformam no eixo central da política econômica. A sobrevalorização da taxa de câmbio desde o início do programa, associada à abertura comercial generalizada promoveu um déficit crescente de transações correntes, que passou de US\$ 1,7 bilhão, em 1994, para US\$ 34 bilhões em 1997. A dependência crescente de capitais especulativos voláteis internacionais, como vínhamos advertindo desde do início do Plano Real, expôs o país a riscos crescentes, o que desembocou na grave crise cambial das últimas semanas.

Apesar da empáfia de FHC e de sua equipe econômica, o governo perdeu a “aposta” que vinha fazendo, sentiu o golpe e colocou o país em uma trajetória extremamente perigosa. O receituário para enfrentar a atual crise é limitado pela própria armadilha da política econômica centrada na âncora cambial. A resposta do “saco de maldades” do governo foi dobrar as taxas de juros para 40% ao ano, com o intuito de defender as reservas e atrair o capital externo especulativo.

Editou, ao mesmo tempo, um pacote fiscal precariamente concebido, socialmente perverso e que basicamente pretende absorver o impacto da elevação dos juros sob as finanças públicas. A dívida mobiliária federal que era de R\$ 65 bilhões no começo do governo FHC já atingiu R\$ 200 bilhões, revelando a fragilidade das finanças públicas.

Na sua ótica conservadora, o governo, para enfrentar o déficit fiscal já vinha cortando verbas das áreas sociais, congelando os salários do funcionalismo público por três anos.

Essa situação será agravada pela política de juros elevadíssimos.

A economia de R\$ 20 bi que o Governo busca obter com o pacote será consumida em poucos meses com o pagamento do serviço da dívida interna.

Nesse sentido, é absolutamente falaciosa a idéia de que a aprovação das reformas administrativa e previdenciária terá qualquer impacto favorável na resolução da crise atual das finanças públicas.

A crise aumentou a desconfiança dos investidores, que tendem a diminuir, pelo menos por alguns meses, o aporte de capital estrangeiro para nosso país. Esse movimento está levando o governo a aprofundar o ajuste neoliberal acelerando e ampliando o processo de privatizações, liquidando o patrimônio público estratégico para financiar parcialmente essa irresponsável política de estabilização e suprimidos direitos sociais dos trabalhadores. Com a redução no valor das estatais nas Bolsas, as privatizações se tornam mais absurdas ainda.

FHC não hesita em empurrar o país ladeira abaixo rumo a uma de suas piores recessões.

O crescimento econômico previsto para 98 deverá ser inferior a 2% do PIB.

Os investimentos diretos no país caem., Aumenta o déficit público e a dívida pública total. Crescem as limitações para o crédito, o que provoca redução do consumo interno, diminuição nas vendas, aumento da inadimplência que já era grande (9,34% em setembro), falências, e crescimento ainda maior do desemprego (16,4 % em outubro, na Grande São Paulo).

A tentativa de retomar o crescimento via estímulo às exportações esbarra no fato de que nossa moeda está sobrevalorizada e, ao contrário, as moedas européias e asiáticas passaram por processos de desvalorização, que tornam, seus produtos mais competitivos.

Há poucas semanas o governo apregoava que as perspectivas da economia brasileira para o próximo ano eram otimistas. Quando começou a crise nos "tigres asiáticos" o presidente afirmou que o real era uma muralha, que 1997 seria um ano "economicamente monótono" e que o país estava imune às especulações. FHC, com esse discurso, vendia falsas ilusões à população brasileira. Agora, depois do terremoto financeiro que atingiu o país, afirma que as quedas nas Bolsas não tem correlação com a economia brasileira, sendo apenas consequência de um movimento internacional de capitais. Um disparate que se desfaz ao observarmos que outros países em desenvolvimento, não foram tão afetados com a crise das Bolsas, como o Brasil.

Esse cenário econômico, evidentemente, interfere na conjuntura política do país, na ação do governo e da oposição. Cresce um sentimento oposicionista na sociedade que terá consequências na disputa eleitoral de 1998.

A conjuntura política

Só Deus sabe quando os juros vão baixar, diz FHC.

Só Deus sabe quanta hipocrisia ainda tem para destilar esse governo. FHC culpa a crise financeira global, o Congresso que não encaminha as reformas e, claro, às oposições que dificultam as votações das reformas.

FHC no alto de sua arrogância busca, numa jogada de marketing, apresentar-se como o salvador do real e da pátria. Mente de forma vergonhosa, quando diz que não está pensando na reeleição e tudo fará para manter a estabilidade econômica, mesmo que tenha que tomar outras medidas impopulares. Ora, o aumento alucinante dos juros e o pacote fiscal, mais do que uma medida impopular, foi decidido para salvar o real e, por tabela, tentar salvar seu pescoço e a reeleição.

O Pacote Fiscal, feito às pressas, em um único fim de semana, com 51 medidas que, em sua quase totalidade, independem de aprovação do Congresso, evidencia que além de mentir quando tenta jogar parte da culpa pela crise no poder legislativo, o governo confia na aposta do financiamento externo para manter o déficit público razoavelmente equilibrado, deixando para depois das eleições ajustes mais drásticos, como a desvalorização cambial.

O agravamento da crise financeira internacional e da degradação do quadro social interno, com seus correspondentes desdobramentos políticos, deve gerar sérios desgastes para o Governo, o que pode comprometer a integridade de sua base atual de sustentação.

Hoje, FHC tenta tirar proveito eleitoral da crise, procurando colocar a oposição na defensiva com o discurso de que esta "torce contra o país". Para ele, criticar o presidente e sua equipe econômica, é o mesmo que desejar um desastre econômico para o país. É a reedição do velho filme "Brasil Ame-o ou deixe-o." O autoritarismo ganha agora uma nova roupagem e um verniz pseudo intelectual.

FHC precisa ser avisado que ainda não recebeu do povo brasileiro o título de imperador.

Em países não-totalitários, onde imperam os valores republicanos, há governo e oposição. A esta cabe criticar e apresentar políticas alternativas.

O Partido dos Trabalhadores, portanto, não fugirá a suas responsabilidades, ainda que isso possa desgostar ao Príncipe.

O PT denunciará a política econômica e apresentará suas alternativas orientadas, para defesa da economia nacional, protegendo a produção e o emprego, defendendo os milhões de excluídos. Para tanto é necessário romper com este modelo neoliberal e apontar caminhos para o crescimento e desenvolvimento social do país.

O agente principal dessa ofensiva contra o governo e em defesa da economia popular é o movimento social organizado a quem estabelecer laços com os setores desorganizados da sociedade.

Devemos enfatizar nossa intervenção no Congresso, reforçando e ampliando o bloco das oposições, para enfrentar os debates em torno das reformas conservadoras e do pacote fiscal, polarizando com a base governista denunciando seu "aliciamento fisiológico pelo Planalto. É necessário expor à opinião pública todos os parlamentares que têm votado medidas anti-povo.

A crise econômica tem interferência direta na disputa eleitoral do próximo ano.

Na diversidade de seus números as pesquisas de opinião apresentam, no entanto, um resultado comum: queda de popularidade do Plano Real e de FHC e crescimento do pessimismo da população quanto ao emprego, poder aquisitivo e a evolução econômica mais geral do país.

A reeleição de FHC, até bem poucas semanas atrás, considerada como favas contadas, está hoje em cheque.

Para reverter essa situação os marqueteiros de FHC já começam a pensar em uma campanha do tipo "só FHC pode salvar o Real". Contudo, o ceticismo, a desconfiança, a dúvida, as incertezas e o pessimismo são as principais marcas dessa conjuntura política e econômica.

Não cabe a nós apostar no pessimismo da sociedade. Esse comportamento pode reforçar a tese "FHC ou o caos" ou uma aventura mais à direita ainda.

Cabe ao PT e às oposições construir uma alternativa de esperança, que se constitua em um referencial forte capaz de mostrar que o Brasil tem saída e que esta passa pela constituição de um governo Democrático e Popular.

A existência de uma alternativa forte de esquerda, provocará uma erosão na base de sustentação do Governo, agudizará suas contradições, provocará desprendimento e permitirá que o quadro eleitoral de 98 seja mais favorável para as oposições.

FHC e seu governo estão na defensiva. Cabe ao PT, às oposições e, sobretudo, ao movimento popular aprofundar a oposição ao Governo, denunciando a política econômica, combatendo a saída recessiva e apresentando propostas para enfrentar a crise atual.

É necessário demonstrar a necessidade de um novo governo para o Brasil, comprometido com um novo modelo de desenvolvimento econômico, solidário, sustentável e soberano.

O PT e a Crise: PROPOSTAS ALTERNATIVAS

O Diretório Nacional reitera as decisões da Comissão Executiva Nacional do PT, as posições já expressas pela presidência do partido e por suas lideranças na Câmara e no Senado e a posição do Bloco das Oposições sobre o caráter autoritário do pacote, sua perversidade social e as consequências recessivas e o decorrente aumento do desemprego.

O PT, ao mesmo tempo que denuncia o pacote e o governo FHC, apresentará propostas e medidas alternativas de política econômica. Mobilizaremos a sociedade contra a política econômica e o governo e, no Parlamento, apresentaremos, em conjunto com os partidos do Bloco de Oposição, medidas alternativas contra a recessão, em defesa da economia popular e dos setores mais desassistidos da sociedade.

O PT reitera a sua posição de mudança, progressiva e cuidadosa, da atual política cambial, impedindo movimentos especulativos contra a moeda, para que a economia recupere sua capacidade de exportar e diminua o nível de exposição ao risco de uma grave crise internacional. A quarentena para o capital financeiro que venha entrar no país é imprescindível, bem como é inaceitável a continuidade das altas taxas de juros.

O PT exige também uma mudança na política de comércio exterior, com barreiras tarifárias e não tarifárias de proteção aos setores estratégicos da economia, sempre tendo como contrapartida das empresas compromissos com o nível de emprego e dos preços. É fundamental, a definição de uma política industrial e tecnológica e política agrícola que agregue mais valor às exportações e impulsione os investimentos produtivos. A este conjunto de medidas deve-se somar a redução nas taxas de juros e a suspensão do programa de privatizações, que liquida o patrimônio público, o que é agravado pela desvalorização patrimonial atual.

Exigimos ainda a mudança do papel do BNDES, já que sua função de financiar privatizações e sustentar a Bolsa é incompatível com as necessidades de investimentos produtivos do país. São recursos oriundos da poupança dos trabalhadores, como o FAT e o PIS/PASEP, que devem ser canalizados para investimentos produtivos, em setores com grande impacto no emprego, em políticas de fomento à pequena e microempresa e na economia popular com linhas de crédito solidário como já fazem os governos do PT em Porto Alegre e no DF.

O país precisa enfrentar as questões do endividamento público interno e das altas taxas de juros, inclusive com o alongamento progressivo do perfil da dívida.

As Câmaras Setoriais, com a participação dos trabalhadores, devem ser reativadas. As negociações em toda a cadeia produtiva com participação dos trabalhadores constituem mecanismos democráticos e de

negociação e regulação da economia, contrários à lógica neoliberal que destrói todos os instrumentos públicos de regulação, pretendendo impor o absolutismo do mercado.

A redução de alíquotas de impostos, com diminuição de margens de lucros e preços dos produtos pode reverter a rota recessiva da economia em setores estratégicos e preservar o nível de emprego e a estabilidade dos preços, que devem ser permanentemente avaliados.

É preciso acelerar a reforma agrária e os assentamentos, com o fortalecimento da pequena agricultura familiar, fundamentais para amenizar a crise social nas grandes cidades.

A economia popular precisa e deve ser defendida. O PT reivindica uma política nacional que ampare a renegociação das dívidas contraídas, protegendo em especial os pequenos devedores, micros e pequenas empresas e consumidores de baixa renda, sob pena de assistir a um crescimento explosivo da inadimplência.

O PT orienta seus parlamentares, em todos os níveis, a apresentar propostas legislativas que garantam a moratória nas tarifas públicas como luz e água para os trabalhadores desempregados de baixa renda e a paralisação dos processos de despejo por falta de pagamento de aluguel.

O PT se opõe às demissões no serviço público e exige um programa de defesa do emprego na iniciativa privada. Nenhuma demissão de trabalhadores e um programa de geração de emprego nos marcos das propostas do documento **Mais e Melhores e Empregos**, do Partido dos Trabalhadores,

O PT propõe o aumento da cobertura do seguro desemprego e um amplo programa de requalificação profissional para os desempregados.

O PT exige a realização de uma reforma tributária, que simplifique a estrutura de tributos, estimule as exportações e investimentos produtivos. Esta reforma deve ser orientada para a justiça social, com progressividade, onde quem ganha mais, paga mais. Além disso deve se adotar o imposto sobre grandes fortunas, grandes heranças e lucro extraordinário das empresas, sobretudo as privatizadas, e sobre lucros financeiros, além do ITR para punir a grande propriedade improdutiva.

Portanto, o PT se opõe à proposta do governo de aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas de menor rendimento e reafirma seu projeto de reforma tributária que inclui o princípio de realização de justiça através da progressividade dos impostos e a introdução de uma renda mínima garantida a todos os brasileiros, em especial para viabilizar a presença de todas as crianças na escola.

O PT exige do governo um corte radical das renúncias e incentivos fiscais, a redução drástica de todo gasto com publicidade e corte em todas as despesas supérfluas da administração pública.

É preciso pôr fim aos repasses voluntários do governo federal, que só servem para política eleitoral, para o tráfico de influências e alimenta a corrupção. É preciso igualmente assegurar os recursos da LOAS para os mais necessitados e aqueles destinados a bolsas de estudo e pesquisa.

Por fim, é preciso defender os estados e municípios, já estrangulados com o FEF, a Lei Kandir e, em muitos casos, com o Fundo de Valorização do Magistério. Ele não podem agora ser penalizados com esse pacote fiscal.

O PT se empenhará em realizar, nas cidades, reuniões com pequenos e microempresários, associações comerciais, sindicatos, entidades associativas dos movimentos populares, para debater e discutir e se opor ao pacote. O bloco das oposições é minoria no Congresso Nacional, mas com o apoio da mobilização popular poderá criar condições para modificar este pacote recessivo e socialmente perverso do governo FHC.

O PT convoca os prefeitos para uma grande mobilização contra o pacote fiscal e se dispõe a cerrar fileiras com todos aqueles que queiram buscar uma alternativa contra a atual política econômica.

Em resumo:

Os trabalhadores e a imensa maioria da sociedade brasileira, uma vez mais foram chamados a arcar com o ônus de salvar a desastrosa política econômica do governo, enquanto que o grande capital, especialmente os setores financeiros, de novo se locupletam com a crise.

Para impor sua política anti-popular, FHC manipula o Congresso, barganha e compra votos, comprometendo com suas negociações o prestígio das instituições democráticas da República.

Autoritário e arrogante, o presidente não suporta a crítica. Insurge-se, como os ditadores militares o fizeram antes dele, até contra os dados sobre o desemprego que instituições sérias como o DIEESE apresentam.

Esta situação tem de mudar e cabe ao povo brasileiro realizar essa mudança.

Os ricos devem pagar a crise.

A democracia e suas instituições devem ser preservadas da manipulação do poder.

A crítica e a mobilização são armas nas mãos do povo para vencer a crise e construir um futuro de justiça, liberdade e solidariedade.

São Paulo, 30 de Novembro de 1997